

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Hospital Geral de Pirajussara - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

Hospital Geral de Pirajussara

CNPJ nº 61.699.567/0004-35



Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: Hospital Geral de Pirajussara. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2022. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2022. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis - Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2021 e 2020 - Valores em Reais

Ativo	2021		2020		Passivo	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
Ativo Circulante	170.159.470,04	134.725.246,01			Passivo Circulante	180.504.400,45	146.129.452,25		
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	205.015,19	1.796.290,09			Fornecedores	7.777.635,13	6.146.909,53		
Caixa	-	-			Fornecedores (nota 3.8)	7.777.635,13	6.146.909,53		
Bancos conta movimento (nota 3.1)	1.056,00	1.552,71			Serviços de Terceiros	6.642.257,37	3.867.065,44		
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	203.959,19	1.794.737,38			Serviços de Terceiros P. Jurídica (nota 3.9)	6.642.257,37	3.867.065,44		
Clientes	167.107.338,91	130.078.730,01			Serviços próprios	16.665.159,75	16.439.732,77		
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (nota 3.3.1)	149.926.800,00	129.955.070,00			Salários a pagar (nota 3.10)	4.349.011,04	4.375.009,76		
Valor Estimado - Rescisão de Contrato	-	-			Contribuições a recolher (nota 3.11)	1.168.750,09	1.170.131,09		
Valores em Negociação - Contrato Convênio (nota 3.3.2)	17.180.538,91	123.660,01			Provisão de férias (nota 3.12)	8.506.928,06	8.339.448,18		
Outros Créditos Saúde	405.627,68	845.653,49			Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.12)	679.827,45	666.486,03		
Adiantamento SPDM	-	-			Provisão para 13º salário	-	-		
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	-	-			Provisão FGTS sobre 13º salário	-	-		
Antecipações salariais	17.401,75	23.925,09			Provisão de despesas c/quitaações	-	-		
Antecipação de férias (nota 3.4.2)	328.883,59	451.003,36			Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (nota 3.13)	255.330,22	274.251,36		
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.3)	-	-			Impostos a recolher (nota 3.14)	1.651.392,57	1.601.706,35		
Valores Transitáveis (nota 3.4.3)	-	815,96			Acordo Trabalhista a pagar	42.858,68	12.700,00		
Depósito judicial (nota 3.4.4)	59.342,34	369.909,08			Benefícios	11.061,64	-		
Despesas Antecipadas Saúde	9.663,84	9.742,70			Tributos	360.745,16	329.074,62		
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.4.5)	9.663,84	9.742,70			Obrigações Tributárias (nota 3.15)	360.745,16	329.074,62		
Estoques Saúde	2.431.824,42	1.994.829,72			Contas a Pagar/Valores de Terceiros	149.058.603,04	119.346.669,89		
Estoques (nota 3.5)	2.416.753,57	1.994.829,72			Outras contas a pagar (nota 3.17)	308.776,49	175.849,28		
Empréstimos de Materiais a Terceiros	15.070,85	-			Recebimento de materiais de terceiros (nota 3.18)	42.298,47	2.740,00		
Ativo Não Circulante	592.460.553,61	5.565.162,95			Outros valores de terceiros (nota 3.19)	96.451,49	697,59		
Contratos/Convênios Públicos a Receber (nota 3.6)	587.213.300,00	-			Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.20)	148.520.644,93	119.084.842,65		
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.6.1)	-	-			Estrutura SPDM	90.431,66	82.540,37		
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7)	5.242.159,85	5.553.262,55			Passivo Não Circulante	593.882.995,08	5.928.328,59		
Imobilizado - Bens de Terceiros	33.413.110,54	32.583.231,08			Não Circulante - Saúde	593.882.995,08	5.928.328,59		
Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (nota 3.7.1)	(28.170.950,69)	(27.029.968,53)			Recursos Convênios em Execução - Saúde	592.460.553,61	5.565.162,95		
Intangível - Bens de Terceiros (nota 3.7)	5.093,76	11.900,40			Imobilizado - Bens de terceiros	34.065.423,54	33.235.544,08		
Intangível de Terceiros	652.313,00	652.313,00			Ajustes vida útil econômica - Bens de terceiros	(28.818.169,93)	(27.670.381,13)		
Ajuste Vida Útil Econômica Intangível Terceiros	(647.219,24)	(640.412,60)			Convênios/Contratos Públicos a realizar	587.213.300,00	-		
Total do Ativo	762.620.023,65	140.290.408,96			Outras Obrigações com Terceiros - Saúde	1.422.441,47	363.165,64		
					Provisão de Despesa Proc. Cíveis (nota 3.21)	1.393.667,89	317.064,69		
					Provisão de Despesa Proc. Trabalhistas (nota 3.21)	28.773,58	46.100,95		
					Total do Passivo	774.387.395,53	152.057.780,84		
					Patrimônio Líquido				
					Resultados de Exercícios Anteriores	(11.767.371,88)	(11.767.371,88)		
					Déficit Resultado do Exercício	-	-		
					Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	762.620.023,65	140.290.408,96		

Demonstração Mutação de Patrimônio Líquido - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	Nota	Patrimônio social		Reservas Reavaliação	Ajuste de Exercícios Anteriores	Superávit/Déficit Acumulado	Saldo
		2021	2020				
Saldo 31/12/2019	(5)	-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social		-	-	-	-	-	-
Realização de Avaliação Patrimonial Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-
Transferência para o Patrimônio		-	-	-	-	-	-
Transferências Recebidas		-	-	-	-	-	-
Transferências Enviadas		-	-	-	-	-	-
Realização do APP		-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício		-	-	(11.767.371,88)	-	(11.767.371,88)	-
Saldo 31/12/2020	(5)	-	-	(11.767.371,88)	-	(11.767.371,88)	-
Incorporação ao Patrimônio Social		-	-	-	-	-	-
Realização de Avaliação Patrimonial Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-
Transferência para o Patrimônio		-	-	-	-	-	-
Transferências Recebidas		-	-	-	-	-	-
Transferências Enviadas		-	-	-	-	-	-
Realização do APP		-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício		-	-	(11.767.371,88)	-	(11.767.371,88)	-
Saldo 31/12/2021	(5)	-	-	(11.767.371,88)	-	(11.767.371,88)	-

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	dez/21		dez/20	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Superávit /Déficit do exercício/período	-	-	-	-
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	-	-
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	-	-	-	-
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	-	(11.767.371,88)	-	-
Variações nos ativos e passivos	-	-	-	-
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Variações nos ativos e passivos (Aumento) Redução em contas a receber	(623.801.804,23)	184.512.245,61	-	-
(Aumento) Redução em estoques	(397.436,23)	(489.418,43)	-	-
Aumento (Redução) em fornecedores	4.405.917,53	1.067.407,26	-	-
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	618.202.048,03	(173.484.568,89)	-	-
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(317.909,34)	29.445,69	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(1.909.184,24)	(132.260,64)		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-		
(-) Aquisições de imobilizado	-	-		
(-) Adição de Bens de Terceiros	317.909,34	(29.445,69)		
(-) Adição de bens intangíveis	-	-		
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(29.445,69)	(29.445,69)		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-		
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-		
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	-	-		
Juros pagos por empréstimos	-	-		
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	-	-		
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.591.274,90)	(161.706,33)		
No início do período	1.796.290,09	1.957.996,42		
No final do período	205.015,19	1.796.290,09		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2.021 e 2.020

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras. A Entidade, **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Descrição	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
1 - Receitas	181.054.817,20	179.999.917,75		
1.1) Prestação de serviços	152.411.542,54	151.659.970,93		
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-		
1.3) Outras Receitas	1.655.607,69	1.555.438,99		
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	26.987.666,97	26.784.507,83		
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	62.413.242,53	63.498.147,57		
2.1) Matérias-primas consumidas	-	-		
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	22.029.066,02	20.760.005,39		
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	38.669.945,77	41.249.169,50		
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	473.730,99	569.169,61		
2.5) Outros	1.240.499,75	919.803,07		
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	118.641.574,67	116.501.770,18		
4 - Retenções				
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-		
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	118.641.574,67	116.501.770,18		
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	409,73	1.063,02		
6.1) Receitas financeiras	409,73	1.063,02		
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	118.641.984,40	116.502.833,20		
8 - Distribuição do Valor Adicionado	118.641.984,40	116.502.833,20		
8.1) Pessoal e encargos	88.130.349,84	86.622.736,50		
8.2) Impostos, taxas e contribuições	9.993,69	11.666,66		
8.3) Juros	1.377,15	3.647,75		
8.4) Aluguéis	2.586.792,96	2.114.674,47		
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	26.987.666,97	26.784.507,83		
8.6) Outras despesas financeiras	925.803,79	965.599,99		
8.7) Superávit/Déficit do período	-	-		

saúde, a SPDM atua em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021. **Características da Unidade Gerenciada** - O Hospital Geral de Pirajussara, de agora em diante, denominado HGP, atendeu a uma antiga reivindicação da comunidade local, e foi inaugurado em 25 de janeiro de 1999. O mesmo é fruto de uma parceria entre a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e SES - Secretaria de Estado da Saúde, do Governo do Estado de São Paulo, na modalidade de Contrato de Gestão firmado em ambas as partes nos termos da Convocação Pública realizada por meio da Resolução SS - 70, de 11 de agosto de 2016. Essas parcerias foram inspiradas em modelo europeu e São Paulo foi o pioneiro no País. Ao longo dos anos, as áreas de atuação foram ampliadas e atualmente totalizam 26 especialidades, além de banco de sangue, departamento específico para diagnóstico de doenças infecciosas de internação, e exames por imagem, incluindo tomografia e mamografia. A unidade é gerenciada através do instrumento de Contrato de Gestão Nº 001.0500.0000. 33/2016, celebrado em 20 de dezembro de 2016, com vigência de 01/01/2017 a 30/11/2021, no valor global estimado de R\$ 628.110.000,00. E o instrumento de Contrato de Gestão Nº SES-PRC-2021/32595, celebrado em 30/11/2021, com vigência de 01/12/2021 a 01/12/2026 Sendo repassados no ano de 2021 os valores relativos aos seguintes Termos Aditivos: - T.A 01/2021 tem por objeto alterações de

cláusulas do Contrato de Gestão celebrado em 20/12/2016, bem como a operacionalização da gestão e execução, pela CONTRATADA, das atividades e serviços de saúde, no HOSPITAL GERAL DE PIRAJUSSARA, no período de Janeiro a Novembro de 2021, no valor de: R\$ 129.255.070,00. - T.A 02/2021 tem por objeto o repasse de recursos financeiros de custeio, visando ampliação de leitos em Unidade de Terapia Intensiva para o enfrentamento da COVID-19 no valor de R\$ 1.500.000,00; - T.A 03/2021 tem por objeto o repasse de recursos financeiros de custeio, visando manutenção de leitos em Unidade de Terapia Intensiva para o enfrentamento da COVID-19, no valor de R\$ 1.000.000,00; - T.A 04/2021 tem por objeto o repasse de recursos financeiros de Investimento oriundos de Programa Estratégico - Rede Cegonha (Portaria MS nº 3.688/2020), visando aquisição de equipamentos para o HOSPITAL GERAL DE PIRAJUSSARA, no valor de R\$ 507.840,00; - T.A 05/2021 tem por objeto a Realização do Projeto Especial "Corujão da Saúde - Oncologia", nos meses de setembro a novembro do exercício de 2021 no HOSPITAL GERAL DE PIRAJUSSARA", em conformidade com a Resolução SS nº 130, de 19 de agosto de 2021, no valor de R\$ 164.025,00. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **Isenção Tributária e característica da isenção** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 e o que dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das

Continuação Av. Ibirama, nº 1.214 – Vila Pirajussara - Taboão da Serra – SP CEP 06785-300 - CNPJ nº 61.699.567/0004-35.

3 - Principais Práticas Contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. **3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa** - Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

	R\$	
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Saldos em Bancos	1.056,00	1.552,71
Aplicação Financeira de Curto Prazo	203.959,19	1.794.737,38
Caixa e Equivalentes de Caixa	205.015,19	1.796.290,09

Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2021 o montante de R\$205.015,19 demonstrado no quadro acima. **3.2-Aplicações Financeiras** - As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade % no Mês	Saldo em 31/12/2021
Banco do Brasil	CDB/RDB	0,96%	R\$ 202.745,27
Banco Bradesco	CDB/FIXA	5%	R\$ 1.213,92
Total			R\$ 203.959,19

3.3 - Contas a receber A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1 - Valores a Receber** - Os valores registrados nesta conta em 2021, representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão origem nº SES-PRC-2021/32595, proveniente da Secretaria de Saúde do Estado, totalizaram R\$ 149.926.800,00 (Cento e quarenta e nove milhões, novecentos e vinte e seis mil, e oitocentos reais.). **3.3.2 - Valores em Negociação Contrato/Convênio** - Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Norma NBC – ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros - Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. No exercício de 2021 o montante contabilizado foi de R\$ 17.180.538,91. Os valores constantes nesta conta representam o resultado da execução dos contratos/convênios no período de Dez/2007 a Nov/2021 que representou um déficit operacional que a unidade gerenciada pretende recuperar até o encerramento do instrumento ou quando ocorrer a renovação do Plano de Trabalho acordado com o órgão concedente. **3.4 - Outros Créditos** - São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 - Antecipação de Férias** - A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Art. 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, cujo o saldo em 31/12/2021 é de R\$ 328.883,59. **3.4.2 - Depósitos Judiciais** - O respectivo saldo representa R\$ 59.342,34 em 31.12.2021 e referem-se ao saldo de depósitos judiciais realizados pela unidade gerenciada, da qual são pertinentes as ações civis e trabalhistas, onde, tendo em vista que as respectivas ações não foram julgadas em última instância, a unidade mantém o depósito judicial, que será levantado após o trânsito em julgado da ação, vale ressaltar que a unidade mantém contrato com consultoria jurídica, da qual os mesmos nos mantem informados sobre o Status das ações judiciais, trimestralmente. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente** - Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atende o principal do Princípio Contábil de Continuidade. Os valores seguros são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso, o saldo em 31.12.2021 é de R\$ 9.663,84. **3.6 - Estoques** - Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção e materiais de terceiros até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2021 é de R\$ 2.416.753,57.

Valores em Reais	
	31.12.2021
Tipo	31.12.2021
Materiais do setor de Nutrição	214.435,24
Materiais do setor de Farmácia	826.407,56
Materiais de Almoarifado	1.375.910,77
Materiais de Terceiros	-
Total	2.416.753,57

3.6.1 - Estoques - Os materiais de terceiros são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder, para atendimento emergencial dos serviços de saúde. **3.7 - Valores a receber – (Ativo Não Circulante)** - Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de longo prazo, no exercício, cujo saldo em 31/12/2021 é de R\$ 587.213.300,00, que corresponde aos valores a receber, referente ao contrato de gestão nº SES-PRC-2021/32595. **3.8 - Imobilizado** - Os bens móveis do HOSPITAL GERAL DE PIRAJUSSARA é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2021				
Descrição	Posição em 31/12/2020		Posição em 31/12/2021	
	Imobilizado	Bens Móveis	Aquisição	Baixa
Imobilizado-Bens de Terceiros	33.235.544,08	0	829.879,46	0
Bens Móveis	32.583.231,08	0	829.879,46	0
Apar. Equip. Utens. Med. Odont. Lab.	24.067.946,66	0	728.719,99	0
Equip. Processamento de Dados	2.606.978,64	0	7.607,23	0
Mobiliário em Geral	2.840.491,78	0	19.727,18	0
Máq. Utens e Equip. Diversos.	840.293,37	0	3.994,60	0
Veículos de Tração Mecânica	124.814,97	0	-	0
Aparelhos de Medição	94.269,53	0	-	0
Apar e Equip. Comunicação	68.440,54	0	-	0
Apar e Utens Domésticos	917.522,16	0	40.424,96	0
Máq. e Equip. de Natureza Ind.	493.987,72	0	-	0
Máquinas e Equip. Energéticos	96.955,70	0	-	0
Máquinas e Equip. Gráficos	19.379,00	0	-	0
Equip. p/Audio Vídeo e Foto	146.566,62	0	-	0
Máquinas e Utens. de Escritório	11.098,14	0	-	0
Máq. Ferram e Utens de Oficina.	88.326,80	0	29.405,50	0
Outros Materiais Permanentes	166.159,45	0	-	0
Intangível Bens de Terceiros	652.313,00	0	0	0
Software	652.313,00	0	0	0
Total Imobilizado - Terceiros	33.235.544,08	0	829.879,46	0
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(27.670.381,13)	0	(1.147.788,80)	(28.818.169,93)
Bens Móveis	(27.029.968,53)	0	(1.140.982,16)	(28.170.950,69)
Apar Equip. Utens Med Odont. Lab.	(20.127.648,60)	0	(804.112,03)	(20.931.760,63)
Equip. Processamento de Dados	(2.379.326,33)	0	(92.735,37)	(2.472.061,70)
Mobiliário em Geral	(2.135.521,91)	0	(141.137,14)	(2.276.659,05)
Máq. Utens e Equip. Diversos	(668.374,04)	0	(31.499,91)	(699.873,95)
Veículos de Tração Mecânica	(118.694,97)	0	-	(118.694,97)
Aparelhos de Medição	(80.588,37)	0	(2.536,52)	(83.124,89)
Apar e Equip. Comunicação	(54.309,49)	0	(2.570,50)	(56.880,01)
Apar e Utens Domésticos	(628.800,15)	0	(35.252,96)	(664.053,11)
Máq. e Equip. de Natureza Ind.	(376.457,05)	0	(18.480,00)	(394.937,05)
Máquinas e Equip. Energéticos	(96.955,70)	0	-	(96.955,70)
Máquinas e Equip. Gráficos	(19.379,00)	0	-	(19.379,00)
Equip. p/Audio Vídeo e Foto	(136.351,42)	0	(1.704,96)	(138.056,38)
Máquinas e Utens de Escritório	(7.494,08)	0	(513,24)	(8.007,32)
Máq. Ferram e Utens de Oficina	(55.484,10)	0	(5.988,83)	(60.682,93)
Outros Materiais Permanentes	(144.583,32)	0	(5.240,68)	(149.824,00)
Ajustes Software	(640.412,60)	0	(6.806,64)	(647.219,24)
Software	(640.412,60)	0	(6.806,64)	(647.219,24)
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(27.670.381,13)	0	(1.147.788,80)	(28.818.169,93)

3.8.1 - Ajuste Vida Útil Econômica – Bens Móveis - A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9 Fornecedores** As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor de notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. O montante contabilizado em 31.12.2021 foi de R\$ 7.777.635,13. **3.10 – Serviços de Terceiros** - Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica. O montante contabilizado em 31.12.2021 foi de R\$ 6.642.257,37. **3.11 – Salários a Pagar** - De acordo com o artigo 76 da CLT – Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensalmente das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12 – Contribuições a Recolher** - Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS e FGTS. **3.13 - Provisões de Férias e Encargos** - Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14 - Empréstimos a Funcionários** - A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado junto ao Banco Bradesco com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2021 foi de R\$ 255.330,22. **3.15 - Impostos a Recolher** - Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.16 - Obrigações Tributárias** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras

do, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, as unidades da SPDM por vezes são acionadas em ações civis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2021 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 63.831.638,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2021, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 2.101.585,30. Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição.

SPDM - Hospital Geral de Pirajussara		
Passivos	Trabalhista	Cível
Provável	28.773,58	1.393.667,89
Possível	2.101.585,30	63.831.638,00
Remota	-	-

4 - Origens e Aplicação dos Recursos: As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais** - Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira – Receitas Financeiras com Restrição** - Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2021 tais valores representam o montante de R\$ 123.704,71. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais** - Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3 - Doações** - Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais os utilizam no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2021 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 147.314,52, doações estas que são pertinentes a bens permanentes (equipamentos médicos) e mercadorias de estoques. Sendo parte deste valor o montante de R\$ 14.969,88 referente a doações para o enfrentamento do COVID-19, tais como medicamentos, álcool etílico, álcool em gel 70%INPM, Álcool 70% Antisséptico, com a finalidade de combater e promover a prevenção e proteção dos seus colaboradores e pacientes no combate à pandemia do COVID-19. **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos** - São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2021, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0004-35	
Contrato de gestão	R\$
Termo Aditivo nº 04/20 - Contrato de Gestão nº 001.0500.000033/2016	700.000,00
Termo Aditivo nº 01/21 - Contrato de Gestão nº 001.0500.000033/2016	129.255.070,00
Termo Aditivo nº 02/21 - Contrato de Gestão nº 001.0500.000033/2016	1.500.000,00
Termo Aditivo nº 03/21 - Contrato de Gestão nº 001.0500.000033/2016	1.000.000,00
Termo Aditivo nº 04/21 - Contrato de Gestão nº 001.0500.000033/2016	507.840,00
Termo Aditivo nº 05/21 - Contrato de Gestão nº 001.0500.000033/2016	164.025,00
Contrato de Gestão nº SES-PRC-2021/32595	12.493.900,00
Total	145.620.835,00

5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelece a norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em 31 de dezembro de 2020 a instituição optou em reconhecer em conta específica de Patrimônio Líquido o montante de R\$ 11.767.371,88 (Onze milhões, setecentos e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e um real, e oitenta e oito centavos), na conta 2.3.2.1.001 – Superávit/Déficit.Exerc. anteriores, por entender que tais valores não possuem expectativa de recebimento, cabendo a unidade gerencial reconhecer tal perda decorrente de exercícios anteriores a 31.12.2012. **6 - Resultado Operacional - Subvenção:** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero".

Continuação A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 144.920.835,00; acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 817.999,56; e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 154.031.641,18; encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ (8.292.806,62). **6.1 Nota de Ênfase ao Resultado** - Esse desequilíbrio financeiro está associado ao fator principal que foi a diminuição no orçamento anual de custeio, e por outro lado os custos e despesas foram acrescidos de alta de inflação. Cabe ressaltar também, que neste ano, todos nós ainda enfrentamos o reflexo social e econômico da pandemia do COVID-19, pois neste ano, aos poucos o Hospital foi retornando o atendimento dos procedimentos eletivos, em contrapartida com um orçamento menor em comparação ao ano anterior, enfrentando o aumento desproporcional dos preços de insumos hospitalares e demais aquisições necessárias para reestruturação de atendimento necessário para segurança dos pacientes e funcionários. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS e Lei Complementar 187 de 2021:** Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada 8.242/14 e, ainda, o que está disposto na Lei Complementar 187/2021, para fazer jus a Certificação na área "predominantemente" de saúde, deverá alternativamente (Artigo 7º): I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneres com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2021						
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Internações						
Saída Hospitalar - TOTAL	5.490	5.406	5.600	5.999	11.090	11.405
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	2.970	3.228	3.040	3.554	6.010	6.782
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	2.520	2.178	2.560	2.445	5.080	4.623
HD/CIR. Ambulatorial - Total	750	504	900	623	1.650	1.127
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)						
Consulta de urgência	13.200	14.139	13.200	14.315	26.400	28.454
Atendimento Ambulatorial - Total	19.320	21.705	24.501	24.660	43.821	46.365
Consulta médica - TOTAL	15.600	17.178	19.800	17.212	35.400	34.390
Atendimento não médico - TOTAL	3.720	4.527	4.701	7.448	8.421	11.975
SADT Externo - Total	9.120	8.767	11.692	8.402	20.812	17.169

SPDM - Hospital Geral de Pirajussara Relatório de Execução Orçamentária

	Custeio	Investimento	Outras Receitas	Total
Recursos Públicos Recebidos / Outras Receitas	144.412.995,00	1.207.840,00	499.073,35	146.119.908,35
Despesas			Pessoal	Total
Gastos Gerais / Despesas do Exercício	58.543.549,00	155.000,00	89.012.634,25	147.711.183,25

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15 de Dezembro de 2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento.

internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. O Hospital Geral de Pirajussara apresentou a seguinte produção em 2021:

Produção - 2021	SUS
Linha de Atendimento	
Atendimento Ambulatorial	
Atendimento não médico	34.878
Consulta médica	35.133
HD/Cirurgia ambulatorial	3.519
Diárias de UTI	
DIÁRIAS DE UTI - TOTAL	8.721
Internações	
Nº de Cirurgias	6.639
Nº de Partos	3.038
Saída Hospitalar	11.886
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	
Consulta/Atendimento de Urgência (PS/PA)	33.497
SADT	
SADT- TOTAL	2.818.570
Internações	11.708

requisitos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF e PIS sobre Folha de Pagamento. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados** - Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica no montante de R\$ 21.543.062,24 (Vinte e um milhão, quinhentos e quarenta e três, sessenta e dois mil, e vinte e quatro centavos). Em 2020, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 21.365.796,23 (Vinte e um milhão, trezentos e sessenta e cinco, setecentos e noventa e seis mil, e vinte e três centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento de Terceiros** - Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a entidade usufruiu no exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de terceiros a qual também se encontra registrada em conta específica de receitas o montante de R\$ 97.151,05 (Noventa e sete mil, cento e cinquenta e um reais, e cinco centavos). Em 2020 o referido valor de receita totalizou R\$ 99.890,56 (Noventa e nove mil, oitocentos e noventa reais, e cinquenta e seis centavos). **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)** - A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 4.572.346,29 (Quatro milhões, quinhentos e setenta e dois, trezentos e quarenta e seis mil, e vinte e nove centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2020, esse montante foi de R\$ 4.549.799,14 (Quatro milhões, quinhentos e quarenta e nove, setecentos e noventa e nove mil, e quatorze centavos). **9.4 - ISENÇÃO PIS s/ Folha de Pagamento** - A Entidade usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021 o valor de R\$ 775.107,39 (Setecentos e setenta e cinco mil, cento e sete reais, e trinta e nove centavos). Em 2020 o valor referido de receita totalizou em R\$ 769.021,90 (Setecentos e sessenta e nove mil, vinte e um reais, e noventa centavos). **10 - Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.908,86; enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 34.009,92. Em 2020, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.918,09; enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 78.471,36. **11 - Exercício Social:** Conforme estabeleceu o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Taboão da Serra, 31 de Dezembro de 2021.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM	Sandra Mirian Bertolini Turati - Diretora Técnica	Janaina Viana Ribeiro - Contadora - CRC 1SP-314455/O-4
---	---	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Geral de Pirajussara) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação

das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2022. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1. CVM 7.710/O4 - CNAI-RS-718.